



Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial

REQUERIMENTO Nº DE 2023

(Da Sra. Reginete Bispo)

Requer a realização de Audiência Pública a fim de promover o lançamento da II Marcha das Mulheres Negras +10 - Reparação e pelo bem viver novembro de 2025 e dá outras providências.

Senhora Presidenta,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública a fim de realizar o lançamento da II MARCHA DAS MULHERES NEGRAS+10 – REPARAÇÃO E PELO BEM VIVER NOVEMBRO DE 2025 a ser realizada durante o mês de novembro do corrente ano na cidade de Brasília. Com a presença dos seguintes convidadas: Entidades da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileira – AMNB.

JUSTIFICAÇÃO

O pedido de audiência pública se dá pela necessidade de considerar que a pauta racial está na base das desigualdades no Brasil. Este chamamento tem como parâmetro, as duas primeiras décadas deste terceiro milênio, onde notabilizamos o marco histórico instituído pela ONU a Década dos Povos Afrodescendentes (2014/2024), e estamos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **Reginete Bispo** - PT/RS

concluindo esta década e, podemos apontar que as mulheres negras vivenciaram, o acirramento das políticas neoliberal e das crises globais, impostas pelo imperialismo norte-americano e europeu, impondo um processo de aceleração neocolonizadora na América Latina – Sul Global. Priorizando investimento bélico para fomentar, guerras de cunho econômico, étnico, religioso e político ampliando de forma desumana contingente de mulheres e meninas refugiadas, imigrantes, vítimas de tráfico.

O impacto da crise econômica, climática, hídrica, energética, ambiental e de valores civilizatórios possibilitaram a vivência da face mais perversa do racismo patriarcal numa sociedade de classes, discriminadas por serem negras, serem mulher e da classe trabalhadora onde raça, gênero e classe são indissociáveis e favorecem a superexploração da nossa corporeidade. Somos 49 milhões de mulheres negras, isto é, quase 30% da população brasileira. No decurso diário de nossas vidas, a forjada superioridade do componente racial branco (sistema da branquitude), do patriarcado, do capitalismo que fundamenta e dinamiza o sistema de opressões que impõe, a cada mulher negra, a luta pela própria sobrevivência e de sua comunidade.

Em um feito histórico, em novembro de 2015, a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo a Violência e pelo Bem Viver, ocupou Brasília denunciando e reafirmando que estamos conscientes das violências que o Estado brasileiro historicamente tem engendrado contra o povo negro. Cenário devastador que, em uma dinâmica de modernização, tem a cada década praticado novas formas de violação dos nossos direitos e atentando contra as nossas vidas.

Nesse sentido, reafirmamos, oito anos depois, nossas estratégias contínuas de reação a este projeto sistemático de genocídio iniciado no tráfico negreiro e atualizado ao longo da história. No final de 2022, imbuídas de nossa força ancestral, nossa liberdade de pensamento e ação crítica, entregamos ao então eleito Presidente Lula uma Carta no processo de transição governamental mais emblemático do país desde a redemocratização. Reafirmando nossa disponibilidade na construção de diálogos permanentes com o atual governo e o Estado sobre a agenda política de reparação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **Reginete Bispo** - PT/RS

histórica na trilha do Bem Viver. Neste sentido, a construção da II Marcha das Mulheres Negras está em construção coletiva.

Propomos a construção do Bem Viver tendo a reparação histórica como papel e obrigação do Estado e da elite econômica brasileira. Exigimos políticas de ação afirmativas em todas as áreas sociais, do Estado e do setor privado; a garantia da vida das mulheres negras em segurança física, simbólica, alimentar e nutricional; emprego e renda; terra e moradia; compromisso com a construção de uma sociedade, onde os direitos humanos e fundamentais das mulheres negras sejam efetivos.

Ao travarmos batalhas solitárias por justiça num quadro de extrema violência racial, denunciemos a cruel violência doméstica que vem levando aos maus tratos e feminicídios de mulheres negras, silenciados em dados oficiais. Lutamos pelo fim do racismo estrutural patriarcal que promove a inoperância do poder público e da sociedade sobre a exterminação da nossa população negra.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Sra. Deputada Reginete Bispo

Deputada Federal PT RS

